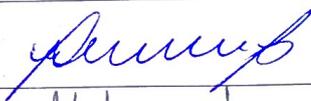


conselheira Roberta disse que não via problemas quanto à padronização da área externa do Colégio de acordo com o Manual de Marcas, mas salientou que não gostava da faixa azul. A conselheira Joyce sugeriu então que pelo menos o prédio principal do Colégio seja mantido a cor atual. Assim sendo, todos os conselheiros presentes consentiram com esta sugestão, restando analisar a parte externa das edificações mais recentes (localizadas próximas ao muro de acesso principal) e parte interna. Quanto à pintura interna, os conselheiros aprovaram por unanimidade pela padronização, ou seja, a utilização da cor branco gelo. Ainda sobre a pintura externa, dessa vez da edificação mais recente, os conselheiros Rodrigo e Mateus manifestaram-se favoráveis à padronização das cores, onde as conselheiras Maria das Graças e Roberta concordaram também em seguida. Restando assim aprovada a padronização em conformidade com o Manual de Marcas na parte interna e parte externa (somente da nova edificação), enquanto a parte externa do prédio principal será mantida as cores atuais. Seguindo para última intervenção pretendida, os representantes do Colégio Tiradentes mostraram aos conselheiros os possíveis lugares para a construção de duas novas salas, que seriam utilizadas como laboratório e biblioteca. Dentre os lugares apresentados, os conselheiros avaliaram que o lugar de menor impacto e que poderia ser melhor utilizado, seria o terreno localizado ao lado da quadra poliesportiva. Após aprovação do local para a construção das novas salas, foi solicitado aos responsáveis pelo Colégio Tiradentes que submetessem os projetos arquitetônicos com as construções necessárias à análise deste Conselho. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Joyce Jaciara Chaves Soares, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Joyce Jaciara Chaves Soares	
Rodrigo Machado	
Mateus Couto	
Roberta Fabiana Neves	
Membros Suplentes	
Maria das Graças Epifânio da Silva	

Ata da 140ª (centésima quadragésima) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dez horas. A reunião foi realizada presencialmente, na Biblioteca Municipal, localizada na Av. Ari Marques, 355, centro de Bom Despacho. A reunião foi coordenada pela presidente Joyce Jaciara Chaves Soares, e contou com a participação dos seguintes membros: Joyce Jaciara Chaves Soares (titular), Bárbara Silva Freitas (titular), Mateus Couto (titular), Gláucia Neto (titular), Rodrigo Machado (titular), Rafael Saldanha (titular), Lésio César Vieira (representante da E.E. Irmã Maria) atingindo quórum necessário. Todos os conselheiros foram informados através do grupo do Conselho no Whatsapp, sobre a data, horário e as pautas da reunião, que foram: *Análise de projeto no Colégio Tiradentes; Análise de projeto na E.E. Irmã Maria; parecer sobre a situação dos Hippies na Biquinha; Solicitação de grafite na Amurada da Praça da Estação.* A presidente iniciou cumprimentando todos os conselheiros e

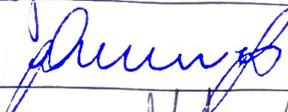
esclareceu que a pauta prevista de análise de projeto do Colégio Tiradentes seria postergada, pois necessita-se do auxílio de um representante do colégio, para explicar melhor as obras. Assim, essa pauta foi deixada para a próxima reunião. Em seguida, foi apresentado o projeto de obra na E.E. Irmã Maria, que trata de algumas intervenções nas janelas de salas localizadas no interior da escola. A conselheira Bárbara explicou que, em conversa inicial com os representantes da escola, foi passado que as intervenções eram necessárias e tinham caráter de urgência, para atender as recomendações de volta as aulas durante a pandemia, e que as mesmas foram feitas pela fiscalização da prefeitura. As janelas existentes são basculantes e são insuficientes para a circulação de ar. A presidente apresentou o relatório emitido pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, que diz respeito sobre a necessidade de substituição das janelas para melhorar o sistema de ventilação e circulação de ar. O representante da escola, Lésio Vieira, explicou que a prefeitura exigiu essa intervenção para a volta as aulas, uma vez que há pouca ventilação nas salas em questão. Explicou que as janelas serão ampliadas, pois as salas são muito quentes e abafadas. Bárbara questionou sobre o modelo das novas janelas, pois não era contra a substituição, mas que o conselho deve averiguar o modelo, pois se for algo descaracterizante, como blindex, seria complicado. Lésio afirmou que as janelas existentes seriam trocadas por janelas de blindex. A presidente explicou que o blindex é impactante e não condiz com a tipologia do imóvel. O conselho se manifesta favorável a substituição, mas há receio quanto o modelo escolhido pela escola. Lésio expôs que já existem janelas e portas de blindex na escola, que foram instalados antes do tombamento. A presidente afirmou que essas descaracterizações foram realizadas antes do tombamento e que, após, é necessário preservar suas características originais. Joyce afirmou ser desfavorável à utilização do blindex, ainda que as intervenções serão realizadas em locais de pouca visibilidade. A conselheira Gláucia questionou sobre a opção do blindex. Lésio expôs que a proposição é realizada pela superintendência e a escolha do material não depende da escola, pois trata-se de ordem expedida pelo órgão competente pela rede física das escolas estaduais da região. O conselheiro e arquiteto Rafael Saldanha explicou que o blindex, por ser translúcido, causa menor impacto. Todavia, existem outras questões a serem analisadas, a estrutura, a esquadria, entre outras. Mas a escola não tem tais detalhes. Gláucia questionou se as janelas já estavam compradas, e Lésio afirmou que não. Rafael, ao analisar o projeto, afirmou que ao se tratar de patrimônio, é necessário estudar muito para decidir o que fazer, principalmente nas fachadas, sendo estas frontal e laterais. Todavia, pelas salas se localizarem no subsolo, o impacto será menor. Ainda assim, o conselheiro questionou se a engenheira responsável pelo projeto analisou a padronização do bem, pois a padronização é a melhor opção. Lésio afirmou que o blindex caracterizaria com o resto das portas e janelas de blindex que já existem. Rafael explicou que caracterizar é retirar todas as intervenções mais modernas e buscar as originais. Afirmou ainda que a solução por blindex não é a melhor, mas por não existir outros recursos e devido a urgência e necessidade da intervenção, votava favorável

extraordinariamente. Alertou que tais mudanças rápidas não serão aprovadas assim mais, pois trata-se de um patrimônio. Assim, o dossiê deve ser estudado pelos engenheiros responsáveis. Seguindo a análise de Rafael, Bárbara afirmava ser favorável em caráter extraordinário também. Da mesma maneira, o conselheiro Mateus Couto e a presidente Joyce aprovaram. Gláucia afirmou ser a favor da intervenção em caráter de urgência. Mas que, se possível, a escola deve verificar com superintendência se dá para adquirir janelas diferentes ou se é possível realizar a troca posteriormente. O conselheiro Rodrigo afirmou ser contrário a intervenção, por ser desfavorável a aprovação extraordinária como os outros conselheiros votaram, uma vez que é papel do conselho manter as características dos patrimônios. Assim, por quatro votos a um, o Conselho aprovou o projeto de intervenção na E.E. Irmã Maria. Em seguida, Bárbara apresentou a próxima pauta, que tratava da solicitação de grafitar a Amurada

da Praça da Estação. A conselheira explicou que a solicitação foi feita informalmente, pelos artistas do grupo Irmandarte. A conselheira Gláucia afirmou ser contrária à solicitação e sugeriu que um ofício fosse enviado para o grupo, informando os locais tombados e sua importância. Rafael foi contrário, mas salientou que é favorável a arte, e a dar voz ao povo. Todavia, a amurada é tombada, sua restauração foi difícil de ser efetivada. Bárbara explicou que a Secretaria de Cultura ofereceu ao grupo a ideia de um projeto para grafitar locais invisibilizados na cidade, ou na periferia. E os artistas ficaram de dar um retorno. Rafael sugeriu a possibilidade de grafitar o chão da Praça da Estação, mas foi contrário ao grafite na amurada, assim como todos os outros membros do Conselho. A seguinte pauta foi sobre a situação dos hippies nos locais de patrimônio. Bárbara explicou que a situação está complicada devido a utilização dos bens, uma vez que os hippies estão tomando banho na Biquinha, deixando sujeira, montando barracas e deixando fogareiros nos locais e chegaram a incendiar o bambuzal da Biquinha. A presidente explicou que há uma parceria com a polícia, que está abordando os hippies nos locais, explicando que os mesmos não podem agir como estão agindo. Rafael expôs que problemas urbanos não podem ser tratados assim, pois o espaço é público, e o público não pode ser impedido de usar o espaço. Nesse sentido, o Conselho não pode fazer nada, mas sim a Secretaria de Desenvolvimento Social, que deve promover local para que essas pessoas possam dormir, comer, tomar banho. Afirmou que a melhor saída é melhorar o espaço para que o povo ocupe. Rafael afirmou ser contrário a esse tipo de abordagem, pois a mesma exclui essas pessoas. Joyce explicou que a polícia foi envolvida pelas denúncias de banhos, nudez exposta no local. Explicou que somente a ocupação do espaço não é suficiente, pois o mesmo está sendo feito da Praça da Matriz. Assim, a presidente afirmou que o Conselho pode cobrar ações da Secretaria de Desenvolvimento Social e, como sugeriu a conselheira Gláucia, enviar um ofício para o Ministério Público. Segundo Mateus, os artesãos "hippies" passam em Bom Despacho para buscar pedras preciosas dos rolas e os andarilhos. O Creas faz o acolhimento e fornece passagens de retorno para as cidades de origem para os andarilhos. Gláucia afirmou que a questão não pode ser tratada a partir de uma lógica de higienismo para lidar com essas pessoas. Seria bacana se houvesse um projeto de acolhimento além do "despejo" para outras cidades. Mas que realmente é uma situação complicada e que vai além alçada dos conselheiros. Rafael afirmou que é preciso mudar o foco, mas não se pode proibir o cidadão de usar o espaço público, ainda mais que não é ofertado outro lugar para que essas pessoas tomem banho. Defendeu que o papel do Conselho é notificar o Desenvolvimento Social, talvez convocar uma reunião e promover um debate sobre a situação. Sugeriu uma roda de conversa, audiência pública, alguma ação correlata, unindo vários setores sociais para pensar uma solução. Gláucia concordou com a sugestão. Bárbara afirmou que a Secretaria de Cultura não pode se responsabilizar por essa Assembleia, mas sim cobrar atitudes do Desenvolvimento Social. Rafael afirmou que a preocupação do Conselho é apenas a integridade do patrimônio. O conselheiro Rodrigo concordou com o que foi acertado. Todos os conselheiros concordaram com a cobrança aos responsáveis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Bárbara Silva Freitas, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares:	
Joyce Jaciara Chaves Soares	<i>Joyce</i>
Bárbara Silva Freitas	<i>Bárbara Silva Freitas</i>
Rafael Saldanha de Lima	<i>Rafael Saldanha de Lima</i>

009

Gláucia Luany Neto	
Rodrigo Machado	
Mateus Couto	